



Superintendente da Área Judiciária

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

SESSÃO Nº 02/2021-TJ DO TRIBUNAL PLENO

SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O BIÊNIO DE 2021/2023. Aos vinte e nove (29) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um (2021), na Sala Virtual das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, às 16 horas, realizou-se a Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do Poder Judiciário para o biênio de 2021/2023, Desembargadores - MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – Presidente, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES - Vice-Presidente e PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Corregedor Geral da Justiça, convocada mediante **Edital nº 11/2021**, de 26 de janeiro de 2021, disponibilizado no Diário da Justiça de igual data. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores** WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO – PRESIDENTE - FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA – MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE- ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES - FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES - FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA - MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA - EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE – PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE – FRANCISCA ADELINEIDE VIANA – DURVAL AIRES FILHO – FRANCISCO GLADYSON PONTES - FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO – FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO - CARLOS ALBERTO MENDES FORTE - TEODORO SILVA SANTOS – MARIA IRANEIDE MOURA SILVA - FRANCISCO GOMES DE MOURA – LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE - MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES – LISETE DE SOUSA GADELHA - RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO – MARIA EDNA MARTINS - MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO – TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES – JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA - MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO – LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES – LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO – FRANCISCO CARNEIRO LIMA – FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA – HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA – SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE – ANTÔNIO PÁDUA SILVA - FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES – MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES e JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO. **Ausentes, justificadamente,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO e VERA LÚCIA CORREIA LIMA. A Procuradoria Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS – PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, sendo os trabalhos secretariados pelo Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO – SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA. Em razão da pandemia da COVID-19 esta Sessão Solene de Posse está sendo realizada, a distância, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA. Inicialmente, foi apresentado vídeo com as biografias dos novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado do Ceará para o biênio 2021/2023. Integraram a mesa, de forma presencial, adotando todos os cuidados exigidos pelos protocolos de biossegurança, com o distanciamento mínimo de 2 metros, as seguintes autoridades: o Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; a Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – PRESIDENTE eleita para o Biênio 2021-2023; o Excelentíssimo Senhor Desembargador PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO – CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, Eleito para o Biênio 2021-2023; e de forma virtual as seguintes autoridades: Dr. CAMILO SOBREIRA SANTANA, Governador do Estado do Ceará; Dra. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, Vice-Governadora do Estado do Ceará; Deputado Estadual FERNANDO MATOS SANTANA, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Ministro RAUL ARAÚJO FILHO do Superior Tribunal de Justiça; Senador TASSO RIBEIRO JEREISSATI; Senador CID FERREIRA GOMES; Senador LUIS EDUARDO GRANJEIRO GIRÃO; Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES – VICE PRESIDENTE, Eleito para o Biênio 2021-2023; Dr. JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA, Prefeito Municipal de Fortaleza; General de Divisão LUCIANO GUILHERME CABRAL PINHEIRO; Comandante da 10ª Região Militar; Vereador ANTONIO HENRIQUE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza; Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS, Procurador Geral de Justiça; Desembargadora REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO, Presidente do TRT 7ª Região; Desembargador VOLTAIRE DE LIMA MORAES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Juíza ANA CRISTINA DE PONTES LIMA ESMERALDO, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua; Dr. JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA, Procurador Geral do Estado do Ceará; Dr. JOSÉ ERINALDO DANTAS FILHO, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Ceará; Dra. ELIZABETH CHAGAS, Defensora Pública Geral; Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Juiz FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA, Diretor do Fórum da Justiça Federal; Juiz de Direito DANIEL CARVALHO CARNEIRO, Presidente da Associação Cearense dos Magistrados; Dr. JOSÉ RICARDO MONTENEGRO CAVALCANTE, Presidente da FIEC. Iniciou-se a Sessão sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Em seguida, o Hino Nacional Brasileiro foi entoado pelo Coral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que completou 25 anos de existência, sob a regência da Maestrina Domizila Almeida. Com a palavra o Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, cumprimentou todos os presentes à solenidade por videoconferência. Após, o Desembargador pronunciou-se nos seguintes termos: *“Autoridades que nos prestigiam, Senhoras e Senhores: Minha fala de hoje será um ternário! Na primeira parte, desejo cumprir aquela incumbência sagrada de quem recebe um mandato, uma delegação de competência ou um cabedal de encargos: a exibição do inventário, o balanço demonstrativo, a prestação de contas! Em um segundo momento, quero abrir as janelas do meu coração para vos brindar com o perfume da gratidão e, por fim, pronunciar algumas palavras sobre aquela que vai receber das minhas mãos o comando desta honrosa Instituição. Princípio rememorando o diagnóstico com o qual nos deparamos ao assumirmos: uma combinação desafiadora que fazia do nosso Tribunal o de menor orçamento e o de menor força de trabalho per capita do Brasil. Urgia, portanto, que oferecêssemos respostas rápidas e resultados concretos. Assim, elegemos o trinômio Criatividade, Celeridade e Produtividade. E aí, qual flores vicejando no deserto, brotaram ideias e programas exitosos como Juizes Leigos (onde contratamos uma centena de profissionais) e Estagiários de Pós Graduação (com 327 de Direito e 24 de outras áreas do conhecimento humano). A escassez orçamentária suscitou em nós a sanha por realizar façanhas. Aumentamos a arrecadação das receitas próprias, fomos às instituições bancárias negociar a melhoria das aplicações financeiras e fizemos Receita com alienação da gestão da folha de pagamentos do Poder Judiciário junto ao Banco do Brasil. Não nos faltaram recursos financeiros para os múltiplos e variados investimentos realizados ao longo da gestão que hoje se encerra, e passo para a minha sucessora o FERMOJU com quase o triplo do saldo que recebi do meu antecessor. Numa escalada criativa, fomos o primeiro Tribunal de Justiça Brasileiro a levantar um empréstimo internacional. Serão US\$ 35 milhões de dólares americanos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o nosso PROMOJUD, com*



aplicação na modernização do Judiciário Cearense. E essa modernização, sobretudo tecnológica, foi um dos pontos altos deste mandato. Destaco: ✓ Expansão da rede de dados por fibra ótica para todas as comarcas do interior do estado. 100% das unidades (230) do TJ estão conectadas por meio de fibra ótica. ✓ Digitalização do acervo físico do interior do estado. Atualmente, quase 100% do acervo é digital, restando um pequeno volume residual de processos em digitalização. ✓ Implantação do sistema do Selo Digital em todos os cartórios do estado. ✓ Renovação do parque tecnológico, com aquisição de 357 notebooks; 3.748 microcomputadores com 2 monitores; 4.748 nobreaks 600Vas; 3.500 certificados digitais; 1.500 tokens; 716 caixas de som para compor o kit de videoconferência; 980 gravadoras/leituras CD/DVD e 50 relógios de ponto. ✓ Implantação do piloto da solução de inteligência artificial do SAJ para classificação de processos em relação a 50 temas de precedentes do STF e STJ. ✓ Implantação do Programa Cientista Chefe, que já desenvolveu 6 Robôs para Automação de processos nas Turmas Recursais. ✓ Criação do Laboratório de Inovação. ✓ Automação para encaminhar processos julgados em sessão para assinar inteiro teor do acórdão nas Turmas Recursais. ✓ Implantação de videoconferência nas áreas administrativas e judiciais. ✓ Unificação das Intranets do TJCE e FCB na nova TJNET, com aprimoramentos no visual e no layout. ✓ Desativação de todas as funcionalidades do sistema SPROC, com migração de dados para o SAJ e PJE. ✓ Instalação de painéis solares nos telhados dos fóruns de Itapajé e Russas. Projeto concluído. Sistemas funcionando e gerando energia. Parodiando Milton Nascimento, resolvemos administrar indo aonde o Povo está. A intenção era visitar todas as zonas no estado. Após algumas bem-sucedidas visitas, o processo foi interrompido por causa da pandemia. A Covid-19, embora tenha nos obrigado ao distanciamento social, não isolou nem diminuiu o labor do Tribunal. Para melhorar as condições de trabalho nas unidades interioranas, criamos o Programa + Interior, albergando um conjunto arrojado de obras, reformas e substituição de equipamentos de informática, ar-condicionados e mobiliário, disponibilizando R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para investimentos. Definimos a construção de 06 Novos Fóruns: Várzea Alegre (concluído), Senador Pompeu, Uruburetama e Santa Quitéria (em andamento) e, em fase de projeto/licitação: Quixeramobim e Aracati. Ampliação de 3 fóruns (Caucaia, Maracanaú, Tauá), reforma de 4 fóruns (Crato, Baturité, Santana do Acaraú e Solonópole) e reforma de segurança em 8 fóruns (Milagres, Cedro, Quixelô, Chorozinho, Novo Oriente, Amontada, Acaraú, Tianguá). Alocamos R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o Programa FCB10, um conjunto de melhorias para o Fórum Clóvis Beviláqua, e climatizamos o átrio da ESMEC. Na fiscalização das obras, optamos pela aplicação de novas tecnologias através da utilização de drone. Lançamos, também, o Programa Servidor +, voltado para a valorização dos servidores, promoção de qualidade de vida no trabalho e seu desenvolvimento pessoal e profissional. A Capacitação Continuada alcançou, em 2019: 2.821, e em 2020: 1.325 Servidores. Concluímos Concurso Público para Técnico Judiciário – com 858 aprovados para a área judiciária e 350 aprovados para a área técnico-administrativa. Com o intuito de estabelecer uma relação direta entre os servidores e o Presidente, criamos o programa “O Presidente Responde”. Com essas iniciativas, almejamos melhorar a auto-estima e desenvolver em nossos servidores o sentimento de pertencimento, levá-los a sentir **orgulho de fazer parte do Poder Judiciário Cearense**. E eu digo em todas as oportunidades que surgem: **“TENHO ORGULHO DE FAZER PARTE DESTA TRIBUNAL!”** Estamos em fase final de implantação do novo sistema de gestão de pessoas, integrando cadastro e folha de pagamento, objetivando obter mais fidedignidade em relação aos dados funcionais de servidores e magistrados. Realizamos a Reestruturação Judiciária, contemplando a agregação de comarcas subdemandadas, criação de unidades em comarcas superdemandadas e especialização das unidades. Na mesma pisada, nos direcionamos para a Reestruturação interna com unificação e aprimoramento da gestão; revisão e padronização de documentos (expedientes e matrizes de despacho, decisão e sentença); implantação de automações de procedimentos. Um Comitê faz o acompanhamento mensal da produtividade e decide quanto à movimentação de recursos para fortalecer alguma unidade que não está produzindo como se esperava. Tudo isso, sob capacitação constante de servidores e gestores, para tornar o sistema processual mais completo e menos vulnerável. Não apenas os jurisdicionados ganharam atenção respeitosa e distinção de tratamento. Também os Fiscais da Lei e os Patronos das Partes foram instados a assumir papel de protagonistas na atual quadra. Tivemos um diálogo aberto, sinérgico e frutífero com a OAB e o Ministério Público Ambos são testemunhas da higidez relacional que solidificamos. Conseguimos a aprovação da Lei N° 16.922, de 08 de julho de 2019, em que a Augusta Assembléia Legislativa deu ao Poder Judiciário cearense a autonomia para modelar por Resolução a sua estrutura administrativa. Entrego a Presidência com o Planejamento Estratégico para o período 2021-2030 concluído. Isso significa que temos um rumo nitidamente definido para os próximos 10 anos. Aliás, se tivéssemos que criar um carimbo, exibir um selo ou eleger uma marca para classificar o período recente desta Casa, certamente diríamos que vivemos um ciclo de **Empoderamento do Tribunal. Extirpamos a pauta negativa** que, como um fantasma incômodo, sempre rondava as nossas paredes. As informações desairosas deram lugar às notícias virtuosas! **Otimizamos nossa posição estatística no cenário nacional**. Ao assumirmos, encontramos um acervo de 1.223.033 processos e uma taxa de congestionamento de 74,16%. Em 2019 tivemos o **maior Índice de Produtividade por Magistrado (1.208) e o maior número de Sentença por Magistrado (1.126) da década**. Nesses dois anos **julgamos 950.000 processos e baixamos quase 1.000.000**. Encerramos a ano de 2020 com **um acervo de 1.100.234, uma redução de quase 10%**. A taxa de congestionamento ficou na casa dos 70%. Em 2020 o **Índice de Atendimento a Demanda foi de 131%**. Em 2018 ocupávamos a 19ª posição em produtividade dentre os Tribunais de Justiça. **Hoje somos o 9º mais produtivo, e o 4º se considerarmos só os Tribunais de porte médio**. Os números ostentados pelo Núcleo de Produtividade Remota atestam a excelência do Programa Estagiários de Pós-Graduação. **Foram 88.205 minutos de sentenças, 29.318 minutos de decisões de 61.067 minutos de despachos**. O Programa Juiz Leigo também exibe números importantes. Ao longo do ano de 2020, apenas nas Turmas Recursais, foram **mais de 23.000 julgamentos**. Entre os Tribunais Pátrios, ganhamos notoriedade no Ranking da Transparência 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No âmbito estadual, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) pulou do 18º lugar, em 2019, para o 5º lugar neste ano. Além disso, quando se trata de Lei de Acesso à Informação, o TJCE ocupa o 1º lugar, segundo levantamento realizado pelo Observatório Político e Socioambiental (Instituto OPS) em parceria com o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) e Associação Contas Abertas (CA). Para nos adequarmos às restrições trazidas pela pandemia da Covid-19, implantamos e deixamos como legado um **NOVO MODELO DE TRABALHO**: ✓ Atividades e serviços ininterruptos; ✓ Trabalho remoto atendendo todo o estado; ✓ Audiências por videoconferência e semipresenciais; ✓ Cessão de equipamentos para home office; ✓ Suporte psicológico para servidores e magistrados, com atendimentos virtuais; ✓ Implantação de espaço coworking. Creio que, modestamente, acumulamos progressos em todos os campos. Esse conjunto robusto de vitórias que exibimos é fruto dos elos institucionais que fortalecemos. Por isso, agradeço com solene reconhecimento a cada uma das forças que somaram conosco nessa empreitada fecunda: ✓ Aos meus colegas de gestão, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, operosa e discreta, como convém a quem exerce a Vice-Presidência, e o desembargador Teodoro Silva Santos, que no mais espinhoso dos cargos, o de Corregedor Geral, implantou o modelo de gestão pedagógica; ✓ Aos Servidores do Tribunal, que têm nos concedido a melhor e mais profunda colaboração; ✓ Aos meus estimados colegas Desembargadoras e Desembargadores, que compreenderam os sinais destes tempos e estão harmonizados com as demandas contemporâneas; ✓ Ao Poder Executivo Estadual, na pessoa do governador Camilo Santana, com quem encetamos uma relação fincada nas balizas constitucionais da harmonia e independência, e de quem recebemos todo o apoio institucional em



todas as nossas iniciativas, especialmente na aprovação do PROMOJUD; ✓ À Assembleia Legislativa, plenário sensível e aberto à interlocução consequente com o Judiciário; ✓ Ao Ministério Público, que sempre nos estendeu as mãos para a defesa de um Estado de direito democrático; ✓ À OAB, incubadora de todas as funções de essencialidade à Justiça, que abriu sua arena de debates para os temas mais sensíveis do nosso mandato, e especialmente ao seu presidente, Dr. Erinaldo Dantas, que compreendeu que o ambiente de diálogo e cooperação institucional tem o condão de gerar mais e melhores frutos; ✓ À Imprensa, sentinela do Povo, que sempre se dispôs a publicizar nossas ações; ✓ Às Entidades da Sociedade Civil Organizada, que interagiram com o Tribunal em diversos Programas; ✓ Aos Juízes Auxiliares da Presidência, aos Secretários do Tribunal e a todos os servidores lotados no Gabinete, que com seu auxílio constante tornaram leve o fardo da Presidência; ✓ Aos integrantes da Assistência Militar, em especial aos Oficiais e Praças que se incumbiram da minha segurança, pelos cuidados a mim dispensados; ✓ Ao Sindicato dos Oficiais de Justiça, cuja diretoria, à frente o seu Presidente Vagner Venâncio, adotou o diálogo como forma de encaminhar as demandas da categoria; ✓ Ao Povo Cearense, sedento por Justiça, razão última da nossa existência! Por fim, peço vênia para pronunciar umas breves palavras sobre aquela que vai me suceder. Embora seu portentoso currículo, sua longa trajetória a serviço da equidade, sua faina conscienciosa e sua conduta irreprochável nos desonere de apresentações, devo pontuar que sua assunção à cadeira número um desta Corte representa a completude desse Ciclo de Empoderamento que mencionei passos atrás. O trajeto existencial da desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira é marcado pelo percurso sereno, pelo caminhar sintonizado com o sol dos grandes valores. A sua Aurora natal deu-lhe a têmpera necessária para enfrentar os desafios da vida. Seus pais, João Pinheiro e Josefa, moldaram o seu caráter e lhe deram um lar estruturado, onde cresceu feliz e cônica de suas responsabilidades, ao lado dos irmãos Denísio e Necilde. Foi minha colega de gestão ao longo desses dois anos, exercendo a Vice-Presidência deste Sodalício, onde deu sobejas provas de sua competência, orientando com acuidade as atividades da Secretaria Judiciária de 2º Grau, do NUGEP e do NAP, deixando em todos nós a certeza de que está pronta para o desafio que hoje se inicia. Aliás, esta é a segunda vez em que a desembargadora Nailde assume a presidência de um foro julgador estadual. Na primeira, na Corte Eleitoral Alencarina, seu trabalho deixou marcas indelévels, realizando um trabalho profícuo e exitoso. Ela bafejou de humanismo e salpicou de flores o chão do TRE e certamente fará o mesmo com o TJCE. Já me encaminhando para o final, deixo para a minha sucessora duas lições que aprendi nessa minha jornada à frente do Tribunal. A primeira, é que a gestão pública é uma obra coletiva; o gestor monta a equipe e a equipe faz a gestão. A segunda, é que sorte é você estar preparado para as oportunidades que advierem. Vossa Excelência montou uma excelente equipe e se preparou exaustivamente para esse momento. Desejo-lhe toda a sorte do mundo nessa missão que hoje se inicia. Obrigado!" Registradas as presenças virtual dos Excelentíssimos Senhores - Secretário das Cidades Zezinho Albuquerque; Reitor da Universidade Federal do Ceará, Professor José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque; Deputado Estadual Walter Lima Frota Cavalcante e Dirigentes do Sindijustiza. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, convidou a Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA para prestar o compromisso de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, após o Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Superintendente da Área Judiciária, procedeu à leitura do Termo de Posse. A seguir, o Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO convidou a Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA para ocupar a Presidência dos trabalhos. A nova Presidente, pela ordem, convidou os Excelentíssimos Senhores Desembargadores ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES e PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO para prestarem o compromisso de estilo, seguindo-se a leitura dos termos respectivos pelo Superintendente da Área Judiciária. Na sequência, foram empossados os membros do Órgão Especial, conforme dispôs o Regimento Interno desta Corte – "O Órgão Especial é constituído por 19 (dezenove) Desembargadores, sendo 10 (dez) vagas providas por antiguidade na Corte e 9 (nove) vagas providas por eleição." O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral são membros natos. Considerando já empossados os membros da seção de antiguidade e os titulares dos cargos diretivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Na sequência, tomaram posse os membros titulares do Órgão Especial – Eleitos: Desembargadora MARIA EDNA MARTINS (Magistratura); Desembargadora TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES (Magistratura); Desembargadora LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES (Magistratura); Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO (Magistratura); Desembargador FRANCISCO CARNEIRO LIMA (Magistratura); Desembargador FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO (Magistratura); Desembargador FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES (Magistratura); e JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO (Magistratura); Ato contínuo, o Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça fez a leitura do termo de compromisso. A Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente declarou empossados os membros eleitos titulares do Órgão Especial para o biênio 2021/2023. Por fim, ouviu-se o pronunciamento da Desembargadora **MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente**, nos seguintes termos: "Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana; e neste momento faço um cumprimento especial à Primeira Dama do Estado, Onélia Santana, minha conterrânea e que hoje aniversaria; Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Fernando Santana; Excelentíssimo Senhor Prefeito de Fortaleza, Sarto Nogueira; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Antônio Henrique da Silva; Excelentíssimo Senhor Senador da República, Tasso Jereissati; Excelentíssimos Desembargadores e Excelentíssimas Desembargadoras, a quem congratulo nas pessoas dos Excelentíssimos Desembargadores Washington Luís Bezerra de Araújo e Fernando Luiz Ximenes Rocha, respectivamente Presidente e Decano desta egrégia Corte de Justiça; Magistrados, a quem congratulo na pessoa do Meritíssimo Juiz de Direito Daniel Carvalho Carneiro, Presidente da Associação Cearense de Magistrados; Membros do Ministério Público do Estado do Ceará, a quem congratulo na pessoa do Doutor Manuel Pinheiro, Procurador Geral de Justiça, Advogados, a quem saúdo nas pessoas do Doutor José Erinaldo Dantas Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Ceará, do Doutor Juvêncio Vasconcelos Viana, Procurador Geral do Estado do Ceará, e da Doutora Elizabeth Chagas, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará. Svidores do Poder Judiciário Cearense; Familiares e amigos; Filhos e amigos da minha querida Aurora, no Cariri cearense; Senhoras e senhores; Vez por outra a humanidade enfrenta desafios que nos demandam força, fé e determinação, para que possamos vencê-los. Nesses momentos, como o que vivemos agora em razão da pandemia, valores como a empatia, a solidariedade e o compromisso com as nossas obrigações e propósitos, se fortalecem. Nos unimos no pesar pelas perdas irreparáveis de tantas famílias no mundo inteiro, nos cuidados que precisamos tomar uns com os outros, mas também na esperança de seguirmos adiante, mais fortes e sábios. Tudo isso nos faz lembrar dos caminhos percorridos até aqui, das realizações que empreendemos, dos nossos sacrifícios e dos sacrifícios daqueles que nos antecederam, do conhecimento, da vontade e do potencial que trazemos conosco, de modo a preservar, dentro de nós, e com o máximo zelo, a lembrança de onde viemos, daquilo que somos capazes de fazer juntos, e a certeza de que podemos fazer sempre mais por nós mesmos e pelo próximo. É com esse estado de espírito que rememoro minha infância no querido Município de Aurora, meu berço geográfico, onde nasci, cresci e muito aprendi. Nesta capital, concluí os estudos básicos e iniciei, na década de 1970, minha formação na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, conciliando os estudos jurídicos com a atividade forense junto ao Cartório Miranda Bezerra. E aqui faço um



registro especial ao nobre Doutor Cláudio Narcélio Miranda Bezerra, que permanece à frente dessa Serventia extrajudicial com exemplar competência. Uma vez graduada, tive a honra e felicidade de obter aprovação para integrar a magistratura cearense, ofício esse que exerço desde 1986, com a responsabilidade que me é exigida por todos aqueles que se relacionam com o Poder Judiciário, direta ou indiretamente: magistrados, servidores, advogados, membros do ministério público e da defensoria pública, e jurisdicionados. Em 2004, fui designada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, na condição de Juíza. A esse propósito, agradeço aqui o apoio do Exmo. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha, decano desta Corte. No ano de 2009, tive acesso, pelo critério de merecimento, ao cargo de Desembargador desta Egrégia Corte de Justiça, relevante marco na minha carreira da magistratura. Entre os anos de 2015 e 2019, tive a oportunidade de retornar ao Tribunal Regional Eleitoral para exercer, primeiramente, as funções de Vice-Presidente e Corregedor, e, posteriormente, de Presidente daquela Corte Eleitoral. No biênio de 2019 a 2021, exerci o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ladeada pelos nobres colegas Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo e Desembargador Teodoro Silva Santos, no exercício dos cargos, respectivamente, de Presidente e Corregedor desta instituição. Por dever de transparência, passo a realizar necessário balanço das atividades que desenvolvi no referido biênio com o apoio de uma brilhante equipe composta de magistrados, servidores e estagiários. No que se refere ao estudo da admissibilidade de recursos endereçados aos Tribunais Superiores, atividade precípua da Vice-Presidência, foram produzidos e praticados mais de 18.000 atos jurisdicionais. O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes desenvolveu atuação vigorosa, estruturando e disseminando informações relacionadas à tramitação das situações aptas a ensejar a formação de precedentes qualificados, servindo como órgão de suporte a todo o Poder Judiciário do Estado do Ceará no gerenciamento de demandas, geralmente de cunho repetitivo, que repercutem na sociedade cearense. Nesse ponto, enfatizo a exitosa atuação do referido órgão como indutor da solução proposta pelo Superior Tribunal de Justiça, quando da tramitação do primeiro Recurso Representativo de Controvérsia instaurado por sugestão do Tribunal de Justiça Cearense, o qual restou devidamente resolvido pela Corte Superior em setembro do passado ano. Este fato nos estimulou a propor um segundo Recurso Representativo de Controvérsia, o qual se encontra pendente de análise pelo Superior Tribunal de Justiça. Outro ponto a se destacar, foi a vantajosa integração alcançada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes com órgãos similares de outros Tribunais da Federação. O período em que estive à frente da Vice-Presidência também contribuiu para o exercício da criatividade, experimentando e inovando em novas frentes de trabalho – “pensando um pouco fora da caixa”, como se costuma dizer. Aqui, pontuo as atividades que, em equipe, pensamos, planejamos e executamos no contexto do Programa de Celeridade e Produtividade no Âmbito do 2º Grau. Dentro das iniciativas contempladas no mencionado programa, destaca-se a atuação do Núcleo de Qualificação do Acervo, que no período de pouco mais de 18 meses, alcançou a totalidade de processos judiciais distribuídos aos Desembargadores. Para além de contribuir com a depuração de dados sob a guarda deste Tribunal, possibilitando que tenhamos acesso a informações mais específicas e confiáveis, o Núcleo serviu para impulsionar a realização de expedientes na Secretaria Judiciária do 2º Grau, a qual, vale pontuar, mesmo em um ano de dificuldades como foi o de 2020, conseguiu operar 22% a mais de baixas processuais, quando comparado com o ano anterior. Tivemos ainda a estruturação de uma segunda iniciativa no contexto do Programa de Celeridade: o Núcleo de Auxílio à Produtividade. Com foco no incremento de atos jurisdicionais por meio da proposição de minutas, decisões monocráticas e colegiadas confeccionadas por estagiários de Pós-Graduação, elevou-se a produtividade de gabinetes, contribuindo para a efetiva redução e descongestionamento do acervo processual desta Corte. Senhores e Senhoras, É com muita honra que assumo este novo desafio de exercer a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Nesse contexto, mostra-se também desafiador suceder o Desembargador Washington Araújo, que nos últimos dois anos imprimiu um ritmo forte de realizações, destacando-se pelo término da digitalização do acervo processual, pelo fortalecimento da comunicação e pela inigualável obtenção de produtividade, meta maior dos seus esforços e marca indelével de sua gestão à frente do Poder Judiciário cearense. Agora, conto alegre e seguramente com a presença, ao meu lado, para compor a gestão do biênio 2021-2023, dos nobres Desembargadores Antônio Abelardo Benevides Moraes e Paulo Airton Albuquerque Filho, respectivamente Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará; com os quais passarei a vivenciar e compartilhar responsabilidades, objetivando o bom êxito da nossa administração. O histórico do Desembargador Abelardo Benevides em sua carreira, sua integridade, seu preparo intelectual e sua habilidade em gerir, garantem que desempenhará com excelência suas atribuições. De igual modo, o Desembargador Paulo Airton Albuquerque, com sua vasta experiência, em especial no campo do Direito Imobiliário e Registral, bem como sua aptidão no trato interpessoal, será um grande diferencial na condução das funções da Corregedoria Geral de Justiça. Tenho a satisfação de dispor na Presidência do TJCE do auxílio dos magistrados Joriza Magalhães, Ricardo Alexandre Costa e Emílio de Medeiros Viana e, ainda, com uma equipe de gestores e servidores capacitados e dispostos a dar o melhor de si. Realço que durante o período de transição nos reunimos para a elaboração do plano de gestão com foco na transformação digital com humanização, o qual está totalmente alinhado ao Plano Estratégico TJCE 2030 em construção, buscando fortalecer ainda mais a definição de diretrizes mais adequadas ao momento e aperfeiçoar a nossa instituição, através dos modelos mais atualizados de gestão administrativa. Referido plano estabelece cinco eixos de atuação: procedimentos judiciais, produtividade, tecnologia, infraestrutura e finanças. Debruçamo-nos sobre os procedimentos judiciais e constatamos a necessidade de adequação ao nosso tempo, marcado pelo uso intensivo e inteligente de tecnologia. A automação e a gestão aprimorada de processos de trabalho se tornam absolutamente imprescindíveis. Em tempos tão difíceis, porém, não podemos dispensar a necessidade de humanização do atendimento, visando ao acolhimento daqueles que mais necessitam de auxílio e apoio, com o objetivo de propiciar um Poder Judiciário efetivamente aberto e inclusivo para todos. A produtividade, tão exigida em nossas atividades, deve tornar-se um hábito pela excelência. Nesse sentido, devemos fortalecer as soluções consensuais de conflito e o sistema de juizados especiais, buscando alternativas viáveis e efetivas para os jurisdicionados. A Inteligência Artificial deve ser aprimorada e implementada na prestação jurisdicional, sendo utilizada como uma útil e cada vez mais frequente ferramenta, mas nunca como substituta permanente de nossas emoções e compreensão de mundo, que devem se fazer presentes quando a Jurisdição for chamada a atuar. A reestruturação judiciária deverá ter continuidade, visando aprimorar, cada vez mais, o funcionamento da Justiça Cearense. Convém destacar que, apesar das adversidades, nossa Instituição permanece em gradativa e crescente produtividade. Ante às transformações digitais, buscaremos estimular todos os integrantes do Poder Judiciário, por intermédio da Escola Superior da Magistratura, no permanente desenvolvimento e capacitação, visando ao constante progresso no aprendizado e na qualidade dos serviços prestados, de modo que todos possam usufruir, com maior eficácia, das tecnologias e das ferramentas digitais. A modernização da infraestrutura e do atendimento será uma das prioridades. Para tanto, utilizaremos ferramentas tecnológicas com foco na maior oferta de serviços digitais de fácil e rápido acesso aos jurisdicionados, facilitando a rotina dos advogados e do público em geral, bem como tornando cada vez mais transparente e profícua a prestação jurisdicional. É digno de nota a importância que o financiamento adquirido no âmbito do Programa de Modernização do Poder Judiciário / PROMOJUDI terá para a implementação das transformações digitais e da modernização tecnológica de que o Poder Judiciário Cearense tanto necessita. Nesse ponto, aproveito para agradecer e enaltecer a imprescindível colaboração do Governador Camilo Santana e do então Presidente da



Assembleia Legislativa, Sarto Nogueira, que tão bem compreenderam a necessidade do mencionado investimento. A priorização de uma gestão eficiente, eficaz e efetiva deve ser acompanhada do aperfeiçoamento da gestão financeira e orçamentária, propiciando melhoria e transparência na obtenção de recursos e no acompanhamento das despesas. A boa governança, como está estabelecida na Constituição Federal Brasileira, pressupõe a observância por todos os agentes públicos dos princípios da impessoalidade, da legalidade, da publicidade, da eficiência e da moralidade. Não haverá prosperidade sem o integral zelo e comprometimento para com a concretização destes princípios. Algumas questões específicas devem ser objeto de atenção e cuidado nesses próximos dois anos. Na qualidade de mulher, não posso deixar de me sensibilizar e de me inquietar com a problemática da violência doméstica. Durante a gestão, além da aplicação das disposições da Lei Maria da Penha, haverá um olhar especial na intensificação dos trabalhos preventivos à violência doméstica. Além disso, será executado, em prol de magistradas e servidoras, programa de desenvolvimento de mulheres líderes, com o fim de fomentar, cada vez mais, a participação feminina na gestão judiciária. Reitero que a comunicação interna e externa será prioridade da gestão. Nessa linha, para além da relação de mútuo respeito com os demais Poderes do Estado e com as instituições que integram o Sistema de Justiça, será amplo o diálogo com os meios de comunicação e a sociedade em geral. Dirigindo-me aos magistrados, servidores e colaboradores desta instituição, coloco-me à disposição de todos, sem quaisquer divisões ou segmentações referentes a capital ou interior, uma vez que devemos atuar de forma una e coesa, convergindo para uma única missão: "garantir direitos para realizar justiça no Estado do Ceará". Senhoras e Senhores, Estamos convivendo com uma crise aguda na área da saúde, com reflexos em diversos segmentos. Precisamos de serenidade e equilíbrio por parte de todos os agentes que conduzem a administração pública em seus diversos níveis, para que possamos transpor esse momento difícil unindo esforços, preservando vidas e garantindo o melhor caminho para a sociedade. Nesse aspecto, desde o início da pandemia, o Judiciário cearense tem adotado o sistema home office, e estamos em permanente diálogo com os órgãos que definem os protocolos de saúde pública para decidirmos a viabilidade e operacionalização do retorno das atividades presenciais. Estimamos que as providências e as medidas sejam adotadas buscando a eficiência, na linha de se realizar o melhor para o interesse público, sempre com responsabilidade e segurança. Iniciamos a nova gestão cercados de entusiasmo e esperança em dias melhores, confiantes de que, com trabalho e dedicação, alcançaremos as metas desejadas. Nesse momento solene, reafirmo meu compromisso com a realização da Justiça, bem maior na busca de uma sociedade civilizada e, portanto, mais próspera e harmoniosa. Tenho a certeza de que, com a colaboração e participação de todos, sairemos mais fortes desse momento desafiador pelo qual passamos, retomaremos nossas rotinas e prosseguiremos na caminhada em defesa dos melhores interesses da sociedade cearense. Concluo minha fala com distintos agradecimentos. Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde e pela possibilidade de estar hoje vivendo, com grande emoção, a realização de um sonho. Agradeço aos meus queridos pais, João Pinheiro do Amaral, que já habita a alta Corte Celestial, e Josefa dos Santos, que nos acompanha pela Internet, por terem me ensinado os valores éticos e morais que norteiam, diariamente, minha trajetória e minhas decisões pessoais e profissionais. Agradeço o apoio incondicional que tenho recebido ao longo da minha vida, dos meus estimados irmãos, Necilde e Denísio Pinheiro. Agradeço ao meu esposo Fernando, pelo amor e companheirismo de vida. Às nossas filhas, Maria Alice, Maria Cecília e Maria Isabel, por todas as alegrias que sempre me proporcionaram. Aos meus genros Roberto Lincoln e Lucas, que agregam nossa família com carinho e afeto. E à minha netinha Serena, que trouxe luz e bênçãos à nossa família. Agradeço aos Desembargadores e às Desembargadoras que depositaram em mim sua confiança para presidir o Poder Judiciário do Estado do Ceará. Agradeço aos magistrados, servidores e colaboradores que me acompanharam durante toda a minha trajetória, e que contribuíram para o êxito das atribuições que me foram confiadas pela toga. Agradeço aos amigos e familiares que estão ao meu lado, intercedendo, apoiando, fortalecendo e celebrando as vitórias alcançadas. Portanto, que a Luz Divina nos ilumine e nos conceda a serenidade e prudência em nossas decisões, mas igualmente a força necessária para cumpri-las e torná-las realidade de Justiça. Finalizo minha fala evocando as sábias palavras de D. Helder Câmara, as quais refletem meus maiores desejos na busca da concretização da Justiça, no exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: "É graça divina começar bem. Graça maior, persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca". Muito obrigada!" Ao final, a Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente, agradeceu a presença virtual de todos, declarando encerrada a Sessão, pelo que lavrou-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai, a seguir, assinada. Fortaleza (CE), 29 de janeiro de 2021.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Superintendente da Área Judiciária

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial

Coordenadoria de Feitos do Órgão Especial e das Seções Cíveis DESPACHO DE RELATORES

0621385-78.2021.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Restaurante Casa Nostra Ltda. Advogado: Rafael Victor Albuquerque Rodrigues de Lima (OAB: 27628/CE). Impetrado: Governador do Estado do Ceará. Despacho: - Indefiro a liminar. Intime-se a Impetrante. Notifique-se a autoridade indigitada coatora, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, para prestar as informações, no decêndio legal, conforme disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei n. 12.016/2009. O ofício notificador - a ser entregue por Oficial de Justiça - deve ser instruído com a cópia da petição inicial e senha de acesso ao processo digital. Ciência à Procuradoria-Geral de Justiça, para elaboração de parecer, no prazo legal. Voltem-me, ao depois, devidamente conclusos para julgamento. Expedientes de estilo. Fortaleza, 9 de fevereiro de 2021. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator

Total de feitos: 1
